

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ILHA SOLTEIRA (SP)

Diego Oliveira da Paz¹
Vanessa Dias Rezende Trindade²
Antonio Lázaro Sant'ana³
Daiane Froes⁴
Débora Pavani Silva⁵

Resumo: O ser humano é amparado pelos recursos naturais, onde a partir deles é possível sua sobrevivência; sendo a terra um dos fatores de produção, quando não se tem acesso a este recurso, gera uma desigualdade agrária, permitindo a continuação dos grandes latifúndios e da pobreza daqueles inviabilizados do acesso à terra para desenvolvimento familiar. Assim, este trabalho teve por objetivo estudar a realidade das comunidades assentadas e da prática de ATER a partir do acompanhamento das atividades com os técnicos. Foram realizadas pesquisas para levantamentos de informações de alguns assentamentos pertencentes ao Núcleo Operacional de Ilha Solteira (INCRA SR8), e posteriormente, acompanhamento durante oficinas, visitas, reuniões, na busca de absorver os problemas que as comunidades enfrentam e trabalhá-las a partir da Matriz de GUT, método de priorização para nortear o plano de ação que será aplicado juntamente com as famílias. Após a realização das oficinas nos 11 assentamentos do núcleo operacional, foram elencados os principais problemas citados pelas famílias, sendo o Bloqueio do TCU, disponibilidade de recursos financeiros e qualidade e acesso à saúde os principais a serem resolvidos devido à gravidade, urgência e tendência a agravar com o tempo, sendo estes resultados obtidos através da Matriz.

1 - INTRODUÇÃO

O ser humano é amparado pelos recursos naturais, onde a partir deles é possível sua sobrevivência; os fatores de produção que permitem o ser humano produzir os alimentos e matérias-primas geradoras de renda são o recurso financeiro (capital), a terra e a mão-de-obra para executar as atividades. Assim, quando a terra é monopolizada por poucos, estes produzem muito e muitas pessoas acabam não conseguindo produzir nem os alimentos para subsistência.

Assim, a Reforma Agrária é uma medida para que haja justiça no acesso à terra, incentivando o desenvolvimento rural sustentável; a partir de programas que dão suporte ao desenvolvimento das famílias dos assentamentos, estas podem superar a pobreza e terem a possibilidade de terem melhores condições de vida (GOVERNO FEDERAL, 2018).

¹ Coordenador do Núcleo Operacional Ilha Solteira (INCRA SP), Pós Graduando em Agronomia (Mestrado) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

² Graduando em Agronomia na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

³ Livre Docente em Sociologia na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

⁴ Graduando em Agronomia na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

⁵ Pós Graduada em Agronomia (Doutorado) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Embora o acesso à terra seja um dos aspectos principais a serem tratados, as dificuldades não se encerram após a famílias beneficiárias entrarem no lote; a assistência técnica e extensão rural (ATER) é de grande importância para que um assentamento possa avançar e se desenvolver. A ATER vem com o intuito de oferecer base suficiente para que as famílias possam produzir de forma satisfatória, se integrem como família e consigam superar suas dificuldades e possam cada vez mais atuar no meio ambiente na tentativa de interagir de forma sustentável.

De forma geral, a ATER pode ser conceituada como processo, onde busca levar conhecimentos para o público rural; porém, num conceito mais amplo, esta pode ser interpretada como um processo educativo de comunicação, seja de conhecimentos técnicos ou não. Pode ser conceituada como instituição, referindo-se à organizações estatais dos estados ou prestadoras de ATER; por fim, ainda pode ser conceituada como política pública, referindo-se às políticas de extensão rural que são executadas através de programas e organizações públicas. No Brasil, há uma relação entre política e modelo de extensão, que pode ser público ou privado e pago ou gratuito; no país é privilegiado o modelo público e gratuito, sendo direcionado para agricultores familiares e exercidos pelas instituições de ATER (PEIXOTO, 2008).

O presente trabalho teve por objetivo realizar uma análise do trabalho de Diagnóstico e Planejamento realizado pela COATER⁶ junto aos projetos de assentamento inseridos na região de Ilha Solteira e Jales. Estas atividades fazem parte das metas do Contrato de ATER nº 66.000/2017 estabelecido entre a COATER e o INCRA (SR8), e tem por objetivo identificar a situação atual que se encontra a condição de desenvolvimento dos projetos de assentamento afim de fundamentar o planejamento das ações da empresa prestadora dos serviços de ATER. Importante ressaltar que o planejamento é previsto para execução das atividades em 12 meses que é o período de vigência do contrato supramencionado.

O Núcleo Operacional de Ilha Solteira é composto 11 projetos de assentamento e estão divididos por dois escritórios um em Ilha Solteira (sede do N.O Ilha Solteira) e outro em Ouroeste (N.A Ouroeste). Como pode ser observado na figura 01 a área onde estão inseridos os projetos de assentamento é consideravelmente extensa (existindo uma distância de aproximadamente 170 km entre os dois escritórios).

As Oficinas de Planejamento foram realizadas localmente em todos os projetos de assentamento ocorreram no decorrer dos meses Março e Abril de 2018. Ao final de cada oficina realizada foi eleito representantes das comunidade para que participassem da oficina geral do Núcleo Operacional, onde foi apresentado um panorama geral da situação dos assentamentos e dialogado sobre metodologia que o contrato de ATER irá atender ou sanear as questões apontadas pelas oficinas.

Tabela 01 - Distribuição do atendimento dos Projetos de Assentamento por escritório

Escritório	Assentamento	Número de Famílias
Ilha Solteira	Roseli Nunes	85
	Zumbi dos Palmares	80
	Cachoeira	68

⁶ COATER - Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural - entidade responsável pela prestação de serviços de ATER na Região de Ilha Solteira e Jales.

	Santa Maria da Lagoa	75
	Estrela da Ilha	210
	União da Vitória	155
	Padre Josimo	61
Ouroeste	Santa Rita	17
	Bom Jesus	68
	União	79
	Ranchão	35
N.O Ilha Solteira / Ouroeste		933

Figura 01 - Área abrangência do N.O Ilha Solteira / Ouroeste



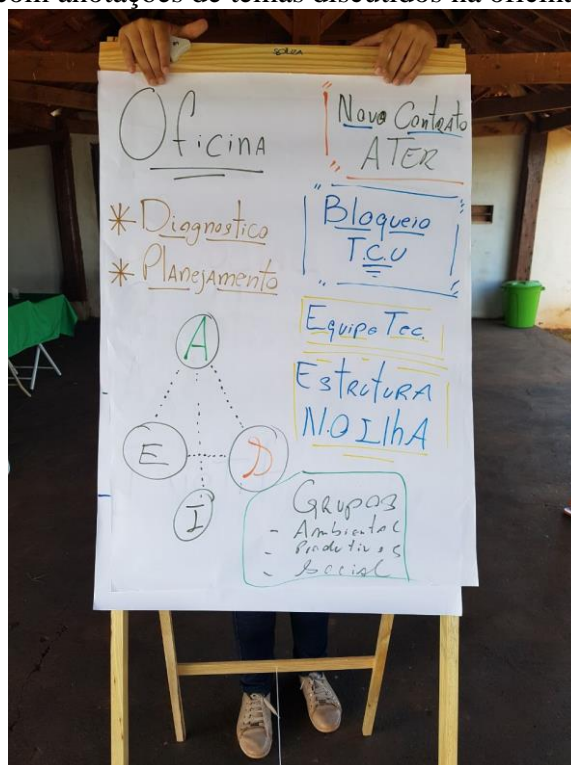
Fonte: Google Earht Pro, Image Lamdsat / Copernicus

2 - METODOLOGIA

Conforme exposto anteriormente os dados para análise foram obtidos através do acompanhamento das atividades da equipe de ATER no desenvolvimento das oficinas de planejamento e diagnóstico por projeto de assentamento. Os dados foram sistematizados em planilhas do software Excel for Windows e os registros fotográficos obtidos através de câmeras digitais cedidas pela empresa de ATER.

As oficinas são atividades com duração de 8 horas onde é promovido o dialogo entre a equipe técnica de ATER e as famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, afim de realizar diagnostico da situação atual do desenvolvimento do assentamento e realizar um planejamento das ações da assistência técnica.

Figura 02 - Flichart com anotações de temas discutidos na oficina (P.A Estrela da Ilha)



Fonte: PAZ, 2018

Figura 03 - Equipe Técnica de ATER e comunidade participando da Oficina por assentamento (P.A Santa Maria da Lagoa)



Fonte: PAZ, 2018.

A metodologia para aplicação do Diagnostico foi desenvolvida através da aplicação dos questionários junto à comunidade abordando questões relacionadas aos três pilares que compõe o conceito da Sustentabilidade (Ambiental, Social e Econômico), acrescido de mais um questionário voltado as questões Institucionais. As questões foram elaboradas a partir do material de apoio utilizado pela COATER em levantamentos

voltados aos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos da Região de Andradina, porém adaptados ao curto período de execução da Oficina

Após a aplicação dos questionários e discussão dos problemas e/ou demandas levantados, foi aplicada uma ferramenta de gestão para hierarquizar e estabelecer quais as prioridades e ordem de ação da assistência técnica junto aos beneficiários do projetos de assentamento.

A ferramenta de gestão utilizada foi a **Matriz de GUT ou Matriz de Priorização de GUT**, proposta por Charles H. Kepner e Benjamin B. Tregoe em 1981, é considerada uma ferramenta de solução de problemas, aonde é possível definir as prioridades para iniciar-se uma ação. O objetivo ao se utilizar esta matriz é priorizar as ações de forma racional, de acordo com a gravidade, urgência e tendência do fenômeno, auxiliando na tomada de decisão. Gravidade é relacionada à intensidade, profundidade dos danos do problema; urgência é o tempo para a eclosão dos danos caso não se atue sobre o problema e tendência é o desenvolvimento do problema caso não haja ação sobre ele. Tem como vantagens a otimização da alocação de recursos, contribuir para um planejamento estratégico, simples compreensão e implementação além de poder classificar assuntos diversos. A escala para numeração das etapas da matriz segue a numeração de 1 a 5, de acordo com as tabelas abaixo (SOTILLE, 2018).

Tabela 2 – Escala do conceito gravidade na matriz de GUT.

Gravidade
1 = Sem gravidade (dano mínimo)
2 = Pouco grave (dano leve)
3 = Grave (dano regular)
4 = Muito grave (grande dano)
5 = Extremamente grave (dano gravíssimo)

Tabela 3 – Escala do conceito urgência na matriz de GUT.

Urgência
1 = Longuíssimo prazo (dois ou mais meses) – não há pressa
2 = Longo prazo (um mês) – pode aguardar
3 = Prazo médio (uma quinzena) – o mais cedo possível
4 = Curto prazo (uma semana) – com alguma urgência
5 = Imediatamente (está ocorrendo) – ação imediata

Tabela 4 – Escala do conceito tendência na matriz de GUT.

Tendência
1 = Desaparece ou não vai piorar, podendo até melhorar
2 = Reduz-se ligeiramente ou vai piorar em longo prazo
3 = Permanece ou vai piorar em médio prazo
4 = Aumenta ou vai piorar em pouco tempo
5 = Piora muito ou vai piorar rapidamente

Ao final da classificação, é realizada a somatória dos três itens da matriz, sendo a soma máxima igual a 15 pontos; assim, é possível ordenar os assuntos de acordo com a pontuação alcançada, formando a priorização que possibilitará a tomada de decisão.

Após a realização das oficinas nos assentamentos do núcleo operacional foram realizadas mais duas oficinas com os representantes dos beneficiários. Essas oficinas ocorreram nas sede do Núcleo Operacional de Ilha Solteira e no Núcleo de Apoio em Ouroeste, onde foi apresentado um panorama geral da situação dos assentamentos e discutido como as atividades de ATER poderiam contribuir no saneamento e/ou resolução das questões.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das oficinas deram origem a matriz de matriz de priorização GUT, como pode ser observado na Figura 04, onde os participantes deram notas para Gravidade, Urgência e Tendência de cada demanda e/ou problema discutido. Após realização das oficinas os dados foram tabelados e realizada uma média comparativa entre os resultados de cada oficina assim chegando no resultado apresentado na Tabela 05 que está hierarquizando os problemas a nível regional.

Figura 04 - Matriz de Priorização GUT (P.A União da Vitória)

Problemas	G	U	T	Med	Ord
Blogceio TCV	5	5	5	15	1º
Créditos/CASA	5	4	3	12	5º
ESTRADA-INFRA..	5	4	4	13	4º
Comercialização Escarrambo, selo, outros	5	5	3	13	4º
APP/RL Dignidade	5	5	3	13	3º
Deriva. Agroquímicos	5	5	5	15	2º
Transporte social	2	3	4	9	6º

Fonte: PAZ, 2018

É importante ressaltar que de forma geral os problemas apresentados em uma das oficinas em quase toda sua totalidade são recorrentes nas demais oficinas, algumas variações ocorrem em razão do tempo de implantação dos projetos de assentamento ou alguma característica do meio físico onde o assentamento está inserido, porém em via de regra os problemas são recorrentes.

Também para facilitar a compreensão foi estabelecido a natureza dos Problemas/Demandas para identificação dos autores responsáveis pelas ações. As

natureza são: **Institucional** (relacionadas as questões junto ao Incra referente a infraestrutura da implantação dos assentamentos, normas da autarquia e implantação de políticas públicas), **Econômico** (questões que tangem a produção e comercialização das famílias beneficiárias), **Ambiental** (questões relacionado ao meio físico em que os projetos assentamento estão inseridos e relação das atividades dos membros das comunidades com eles) e **Social** (questões referente a condição das famílias, acesso aos direitos sociais e as interações entre famílias beneficiários dentro e fora das áreas dos projetos)

A tabela 05 apresenta os resultados por Núcleo Operacional. Os principais fatores de limitação de desenvolvimento apontados durante os diagnósticos foram o "Bloqueio do TCU" e a "Renda"

Tabela 05 - Hierarquização de problemas e demandas do N.O

Problemas / Demandas	Natureza	Ordem
Bloqueio TCU	Institucional	1º
Renda	Econômica	2º
<i>Saúde</i>	Social	3º
Conservação do Solo	Ambiental	4º
Comercialização	Econômica	5º
Homologação	Institucional	6º
Acesso à Água	Institucional	7º
Estradas	Institucional	8º
<i>Transporte Social</i>	Social	9º
ATER	Institucional	10º
Deriva Agrotóxicos	Ambiental	11º
Lixo Doméstico	Ambiental	12º

Fonte: Dados levantados pelo diagnóstico

Bloqueio do TCU é o problema que aparece em primeiro lugar em razão da sua condição de inviabilizar o atendimento dos beneficiários pelo programa de ATER e demais políticas públicas relacionadas ao Programa de Reforma Agrária. Este problema tem sua gênese cruzamento de dados dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) efetuado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), apontando 479.695 discrepâncias resultantes do cruzamento de bases de dados distintas (Receita Federal, Renavam, Sistema Nacional de Cadastro Rural, Sistema de Controle de Óbitos, Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados, Siape, CadÚnico, Rais e Sisac, entre outros) – insuficientes para caracterizar “irregularidades” na concessão de parcelas em projetos de assentamentos.

As famílias atingidas pelo bloqueio ficaram sem poder ter acesso as políticas públicas voltadas para o público da Reforma Agrária, não havendo emissão de certidões e/ou documentos referente a condição de assentado, o que impossibilita o acesso ao crédito para produção, e também ficam impossibilitadas de receberem os serviços de ATER. Porém o INCRA está fazendo ações que visem atualizar as condições cadastrais dos beneficiários bloqueados, solicitando documentos que comprovem a situação de regularidade.

Para saneamento situação do bloqueio dos beneficiários o planejamento do projeto de ATER apontou a **meta 5 (Reuniões)** para orientação dos beneficiários como

proceder na situação de bloqueio e encaminhamento de documentos (por parte dos beneficiários) para que se tenha uma maior celeridade no processo.

Renda é o problema de segunda importância dentro do diálogo realizado com as comunidades, ele reflete a necessidade do acesso ao crédito em linhas superiores ao Pronaf Linha A, como também a necessidade de projetos de comercialização que ajudem os beneficiários a acessarem tanto os mercados institucionais como os privados. Dentre as atividades que são potencialmente promotoras na condição de aumento de renda podemos relacionar aquelas voltadas para construção do conhecimento técnico, as promotoras dos processos de comercialização e as visam o acesso ao crédito.

SANT'ANA (2007) aponta para as dificuldades dos assentados da região de Andradina (SP) referente a renda que está relacionado desde à falta de infraestrutura, como dificuldade de acesso ao crédito, insuficiente assistência técnica, baixo nível de organização dos produtores e a vulnerabilidade no momento de adquirir e realizar a venda de insumos. Situação esta justifica o fortalecimento das políticas voltadas para o fortalecimento da assistência técnica para que ela ocorra de forma universalizada e constante. Ainda o mesmo autor afirma que a atividade leiteira é a que propicia a maior renda aos assentados e o leite é entregue aos pequenos laticínios, à Nestlé, ou é vendido diretamente nas cidades pelos próprios agricultores. Os produtos de origem animal representam a principal atividade geradora de renda nos assentamentos.

Frente a condição que a principal cadeia produtiva apontada durante as oficinas é a cadeia do Leite, a assistência técnica requer uma maior atenção às ações que fortalecem esta cadeia porém sem deixar de promover as demais cadeias visando aumentar a diversificação da produção, como também ampliar os mercados de entrega da produção.

A **Saúde** ela se apresenta como uma demanda social, sendo como um dos sintomas de dificuldade que os beneficiários do programa de reforma agrária possuem em acessar serviços públicos promovidos pelo poder municipal e estadual. Esta Demanda necessita ser tratada através do Programa de Intervenção Social e da articulação da ATER com as esferas de poder supracitadas.

CARVALHO (2013), ao analisar a condição de vida das famílias assentadas na região de Andradina (SP) afirma que a política de saúde nos assentamentos é limitada, assim como mal planejada e executada. Os assentados usuários do SUS necessitam pagar pelos serviços médicos, enquanto o próprio SUS não tem capacidade de atender toda a demanda de saúde, principalmente a rural. Além da presença dos agentes sanitários nos assentamentos ser baixa, possui-se poucos postos de saúde, sendo a implantação destes por meio de reivindicação. A disponibilidade do médico é mínima e a frequente troca dos mesmos no atendimento também é um problema para os assentados. O serviço que efetivamente existe é o do agente de saúde, que geralmente é próprio da comunidade. Seu trabalho ali consiste em identificar as doenças, orientar os pacientes para que procurem tratamento nas unidades externas ao assentamento, agendamento de consultas, entrega de medicamentos, verificação do peso das crianças e acompanhamento de pessoas com problemas de hipertensão. O número de agentes é igualmente pequeno para atender ao grande número de famílias e falta-lhes transporte para as visitas, que são realizadas muitas vezes a pé. Inclusive, um dos agentes de saúde, em entrevista, afirmou que uma das maiores dificuldades no atendimento às famílias do assentamento é a grande distância entre os lotes e a inexistência de meios de locomoção próprio para esse fim. O deslocamento através de ambulância também é um problema, pois as ambulâncias pertencentes aos municípios se negam a entrar nos assentamentos, principalmente quando estes são distantes. Dificuldades ainda maiores existem no transporte de pacientes que buscam assistência médica individual, ambulatorial ou hospitalar, tanto no atendimento pontual, quanto em tratamentos mais prolongados, como os de doenças crônicas.

Algumas soluções paliativas são buscadas, através do transporte de pacientes com carro e recursos próprios dos assentados, para conseguirem atendimento médico de urgência/emergência. Tanto nos municípios como nos assentamentos, existem poucos automóveis em condições já que o acesso pelas estradas aos assentamentos é muito difícil, precário e demorado.

A **Conservação do Solo** é uma demanda que está relacionada diretamente com o meio físico, sendo que salvo uma ou outra exceção todos imóveis rurais onde estão inseridos os projetos de assentamento pertencentes ao núcleo operacional estão dentro em áreas com a classe declividade predominante suave ondulada. Estas áreas também estavam sendo ocupadas por áreas de pastagens, com manejo da pecuária extensiva, assim estas áreas é frequente a presença processos erosivos em razão das poucas ações conservacionistas adotadas pelo sistema produtivo que estava sendo executado em período anterior a implantação dos projetos de assentamento. As ações para resolver e/ou mitigar os problemas relacionados com a conservação de solo vão de encontro com ações de construção do conhecimento (cursos, dias de campo e orientação técnica em campo) a respeito das práticas conservacionistas e transpassa para condição de levantamento da condição de infra-estrutura do assentamento, pois implantação equivocada e/ou não manutenção das estradas internas interfere no regime escoamento superficial da água chuva o que influencia diretamente os processos erosivos que ocorrem dentro das parcelas produção individual.

A **Comercialização** também se apresenta como um dos principais gargalos para o desenvolvimento dos assentamentos quando ela aparece no diagnóstico em possui duas esferas a dos mercados institucionais e os mercados privados. Os mercados institucionais se traduz no acesso aos programas de aquisição de alimento como PAA, PNAE e PPAIS onde a produção é direcionada para instituições, neste contexto é apresentado uma redução do acesso a esse mercado em razão de menores orçamentos direcionados contempla os projetos das organizações coletivas (associações e cooperativas) dos produtores familiares o que ressaltando necessidade do avanço das entidades nos outros programas que demandam maior regularidade na entrega e maior padrão de qualidade dos produtos comercializados. Na outra esfera do problema temos os mercados privados, onde ainda muitas organizações ainda não conseguem o acesso em razão de conseguirem manter uma regularidade na entrega dos produtos e atender algumas exigências do mercado, assim evidência a necessidade mais ações voltadas ao planejamento da produção para se obter uma melhor regularidade na entrega dos produtos e também o aprofundamento de conhecimentos dos cuidados durante a colheita e pós colheita. Assim a questão da comercialização possui um viés que ultrapassa apenas a elaboração de projetos, mas sim a transferência de conhecimentos técnicos para inserção de mercado dos produtores de forma competitiva e com redução do custo de produção.

SANT'ANA (2007), em sua análise referente a situação da comercialização da produção dos assentados da região de Andradina, aponta os principais canais de comercialização. Para os produtos de origem vegetal, o canal que aparece com maior frequência é o intermediário. Já dentre os produtos de origem animal são vendidos via cooperativas (basicamente o leite) e em seguida também aparece o intermediário especialmente nas vendas de bovinos (bezerros e vacas de descarte). As agroindústrias atuam principalmente na compra do leite e de alguns produtos como a mandioca (indústria de fécula, instalada em Castilho), o urucum e o eucalipto. As vendas realizadas ao consumidor e ao comércio varejista, quando consideradas em conjunto, também têm uma participação significativa. Em relação ao CEASA em São Paulo, vários produtores de olerícolas relataram que tiveram problemas, pois em determinadas épocas quando

descontadas as despesas de embalagem, transporte e comercialização ficavam com saldo irrisório ou negativo. Um produtor de frutas e olerícolas, que embora tenha conseguido um bom ponto comercial para vender sua produção, considera que o mercado regional também é uma alternativa restrita, pois não há centros consumidores fortes na região. As limitações, na maioria dos casos, estão relacionadas à capacidade de produção e de manter a regularidade da oferta, à necessidade de manter o caráter artesanal do produto e às dificuldades de se conseguir o selo de inspeção sanitária. Outro aspecto que cabe destacar é a importância que tem a produção no autoconsumo, para praticamente todas as famílias pesquisadas. Mais da metade (50,9%) dos produtores pesquisados destina cinco ou mais produtos de origem animal ou vegetal para o autoconsumo da família e/ou das criações. É um número significativo, pois não se levantou a produção do quintal no caso de produtos vegetais, quando esta não era comercializada.

A **Homologação** é uma questão institucional que quando tratada junto as comunidades evidenciam duas situações distintas uma é quando os processos Homologação de Beneficiários do Programa de Reforma Agrária são executados de forma parcial (por diversos motivos pode ocorrer), assim parte das unidades de produção familiar do projeto de assentamento não possuem uma família beneficiária mas ficam ocupadas por família que fazia parte organização social que questionava o imóvel que veio a ser desapropriado. E a outra situação é quando família que ocupa o unidade de produção familiar tem origem externa à comunidade que beneficiária do projeto de assentamento, estando em desacordo com as normas internas do INCRA. Ambas situações são de tratativa específica dos servidores do INCRA e apenas são realizados relatórios de constatação da situação ocupacional das unidades de produção familiar dentro do assentamento e atividades complementares conforme solicitação da autarquia.

O **Acesso a Água** é um problema que na maioria dos casos possui um viés produtivo uma vez que o processo de instalação dos assentamentos prevê o fornecimento de água para o uso doméstico nas parcelas. A condição do Projeto de Assentamento Padre Josimo, Bom Jesus, Ranchão e União requer uma atenção especial pois o fornecimento de recurso hídrico nestes projetos não supre a demanda domiciliar, assim necessária as ações de infraestrutura para atender a demanda. Já para os demais projetos de assentamento o trabalho deve ser voltado para realizar a regularização das captações superficiais e subterrâneas, bem como elaboração de projetos visando a captação recursos para implantação de sistemas de irrigação para as culturas exploradas nas áreas dos projetos.

As **Estradas** assim como a questão da água requer uma atenção nos projetos de assentamento mais novos (Padre Josimo, Bom Jesus, Ranchão e União) uma vez que só ocorreu uma abertura inicial das estradas e a forma que eles estão dispostas estão interferindo no regime do escoamento superficial da água chuva, o que vem contribuindo para o agravamento dos processos erosivos dentro das unidades de produção familiar. Nos assentamentos mais antigos a demanda é pela manutenção das estradas, uma vez que trânsito contínuo e o regime concentrado de chuvas na região faz com ocorra um processo de deterioração das estradas internas dos assentamentos. As ações que visem o levantamento das infraestrutura (estradas) e articulação com o poder público municipal são as ações passíveis de serem executadas pela equipe de ATER.

O **Transporte Social** é outra demanda que transparece a dificuldade dos beneficiários do programa de reforma agrária em receber os serviços públicos municipais e estaduais. Uma vez que esse ponto tratada do transporte escolar, do transporte para acesso aos hospitais, ambulatórios e similares, como também da mobilidade social onde

o beneficiário possui dificuldades para acessar os centros urbanos, seja para os espaços sociais ou seja para comercialização dos seus produtos. As tratativas com o poder municipal pode vir a contribuir nessa condição apresentada.

A **ATER** também aparece como ponto de discussão, razão da situação que ocorreu no ano de 2017, onde a maior parte do tempo os beneficiários estiveram sem acesso aos serviços de ATER em razão do Bloqueio do TCU e do fim dos contratos anteriores. Esta é uma questão que está além das ações das entidades de ATER, e apenas o correto planejamento de ações na execução para ações desenvolvidas tenham resultados que se estendam para além da vigências dos contratos.

A assistência técnica possui papel fundamental para a permanência do homem do campo, no campo com qualidade. Através do acompanhamento há maior produtividade, consequentemente melhor qualidade de vida dos assentados. Assistência Técnica é capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável em qualquer comunidade que tenha interesse de desenvolver sua região e aumentar ou complementar sua renda. A pouca ou nada assistência recebida pelos assentados é um dos maiores empecilho na produção agrícola, juntamente com a falta de incentivo financeiro do governo, que acaba burocratizando e dificultando o acesso ao crédito, com isso os assentados acabam não tendo condições necessárias para permanência da atividade exercida, havendo uma migração para os grandes centros, a procura de empregos (MILHOMEM, 2017).

A **Deriva de Agrotóxicos** ela é referente a pulverização aérea em áreas de plantio de cana que são confrontantes as áreas dos assentamentos, essa situação acontece com todos os projetos de assentamento, assim sendo uma demanda uma ação institucional do INCRA. Os sistemas de produção intensivos elevam a necessidade de uso de agroquímicos, tendo como consequência também a deriva de agrotóxicos, que ocorre durante o processo de aplicação dos produtos, diminuindo a eficiência da aplicação e comprometendo a fauna e a flora nativas, a qualidade da água local e de outras regiões e também a saúde das comunidades vizinhas e do trabalhador rural (LEITE,2013).

O **Lixo Domestico** é problema de caráter ambiental tendo o destino dos resíduos sólidos domiciliares um grande problemas uma vez que quase em todos os assentamentos não existe coleta de lixo, bem como a logística reversa das embalagens dos defensivos agrícolas não funcionar corretamente, seja pela má destinação das embalagens ou pela não recepção das mesmas pelos estabelecimentos que a comercializa. Soluções voltadas para reaproveitamento dos resíduos deverá ser abordado no Plano de Desenvolvimento ambiental dos assentamentos, afim de sanear a situação.

A **Projetos Externos** foi um ponto que incluído durante a discussão, que traduz a necessidade das organizações internas dos assentamentos buscarem acesso a fundo de fomento que são externo ao INCRA que possam vir a promover tanto as questões produtivas, sociais e ambientais dentro dos assentamentos. Esse ponto pode ser tratado por diversas metas que compõe o contrato, conforme a especificidade de cada demanda apresenta ao logo do desenvolvimento do trabalho da empresa de ATER.

Após discussão de todos os temas que surgiram durante o diagnóstico dos projetos de assentamento, foi construída uma relação entre as atividades do contrato de ATER e os problemas e/ou demandas levantadas durante o diagnóstico. As atividades são distribuídas em 28 metas que estão presentes no Projeto Básico da Chamada Pública nº que serão apresentadas a seguir:

Meta 01 – Capacitação e Supervisão dos Técnicos

Atividade que visa propiciar aos técnicos contratados plenas condições de desenvolver os trabalhos propostos pela entidade e supervisionar o desenvolvimento das atividades.

Meta 02 – Oficinas para Beneficiários

Atividade Coletiva de caráter educativo e organizacional, dedicada à capacitação através do saber-fazer prático para a resolução de problemas concretos, o desenvolvimento de aptidões, habilidades técnicas e o planejamento operacional e de avaliação das ações desenvolvidas pelo grupo. Busca construir com o público participante, as famílias assentadas, a recuperação das práticas populares, as ações de aperfeiçoamento das suas intervenções ou a construção de novos conhecimentos e o planejamento participativo junto às famílias.

Meta 03 – Visitas Técnicas na Unidade de Produção

As Visitas Técnicas constituem serviços realizados pelo técnico de ATES/ATER diretamente no lote da família assentada, ligadas às ações de cunho produtivo, social e ambiental e tem por finalidade o fortalecimento da unidade familiar na sua relação com a unidade produtiva no espaço físico do lote. Nesse sentido, as visitas técnicas serão um dos instrumentos mais importantes, pois permitem o levantamento pormenorizado dos elementos psicossociais, ambientais e produtivos.

Meta 04 – Visita Técnica Veterinária

Essa visita será executada por profissional médico veterinário, evidentemente registrado no conselho de classe, e atenderá à vacinação obrigatória e outras intercorrências essenciais a manutenção da sanidade e produtividade dos rebanhos animais nos assentamentos.

Meta 05 – Reunião

Atividade que visa à troca de informações e conhecimentos, capacitação, divulgação, sensibilização, planejamento, monitoramento, avaliação, tomada de decisões, articulação institucional, e encaminhamentos relacionados a ações de organização produtiva, social, econômica, ambiental e de extensão rural, da Reforma Agrária e de políticas públicas, no âmbito da unidade produtiva, do grupo, da comunidade, da organização, do município e do território.

Meta 06 – Cursos

Atividade de caráter educativo, para que os agentes de ATES/ATER e o público beneficiário possam adquirir, ampliar, aprofundar e desenvolver conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização produtiva, social, econômica e ambiental dentro do contexto da extensão rural, da reforma agrária, do desenvolvimento rural e das políticas públicas. Sua realização deverá incorporar atividades didático-pedagógicas e dialogar com os conhecimentos e experiências do público participante. As entidades prestadoras de serviços de ATES/ATER deverão utilizar de linguagem simples e objetiva, compatível com o público beneficiário e deverá contemplar o uso de metodologias participativas no decorrer dos cursos.

Meta 07 – Dia de Campo e Intercâmbio de Experiências

Evento Coletivo de caráter educativo, informativo e motivacional. Tem por objetivo promover a observação e discussão de inovações tecnológicas adaptadas às condições socioeconômicas e ambientais de uma Unidade de Produção Familiar. Deve proporcionar a interação dialógica, a informação, a sensibilização, a demonstração, a divulgação e o contato inicial com a inovação, proporcionando as condições para o questionamento das implicações da sua adoção

Meta 08 – Unidade Demonstrativa

Essa meta deverá ser utilizada para projetar, executar e avaliar a instalação de Unidades Demonstrativas, visando demonstrar técnicas e saberes na prática, com a participação efetiva dos assentados no desenvolvimento das ações. A implantação das áreas visa apresentar inovações relativas as atividades produtivas, organizativas, gerenciais, conduzidas por agricultoras e agricultores familiares, agentes de ATES/ATER ou pesquisadores, visando a geração de novos conhecimentos. Permite a observação, experimentação e reflexão coletiva sobre as questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais que envolvem o manejo dos recursos naturais e gestão da unidade produtiva. Deve ser implementada em áreas nos Projetos de Assentamento ou na Unidade de produção Familiar – UPF. Indica-se a utilização de forma educativa, nas atividades de intercâmbio, capacitação e oficinas.

Meta 9 a 14 - Metas de Crédito

Atividades voltadas para aplicação de políticas públicas com foco na financiamento das atividades de instalação das famílias nos projetos de assentamento.

Meta 15 – Elaboração do Pronaf

Esta meta prevê a elaboração de Projetos Técnicos a serem apresentados às instituições financeiras para acesso a linhas de financiamento, com o objetivo de fortalecer as atividades produtivas e econômicas das famílias assentadas. Os projetos devem atender as demandas individuais e/ou coletivas e devem ser previamente discutidos com as famílias regularmente assentadas. É indispensável a discussão do projeto produtivo com a unidade familiar. Não serão aceitos projetos pré-formatados, idênticos ou que não contenham uma caracterização detalhada da Unidade Familiar.

Meta 16 – Fomento às Organizações

Essa atividade deverá ser utilizada no fomento à organizações de assentados com objetivo de criação e acompanhamento de cooperativas, associações e grupos organizados para produção e comercialização. As atividades terão um carácter prático com o objeto de promover a criação e formalização de fato de cooperativas.

Meta 17 – Quintais Produtivos

Essa meta propõe incentivar a família assentada a diversificar a oferta de produtos para autoconsumo, ao redor da residência, e com cultivo de plantas medicinais, frutíferas, hortaliças.

Meta 18 – Arranjos Produtivos para Olerícolas e Fruticultura

O objetivo desta meta é aperfeiçoar o processo de manejo, cultivo, produção, distribuição e uso de olerícolas e frutíferas, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva respeitando tanto as normas para comercialização como o processo produtivo utilizado pelos povos e comunidades tradicionais, inclusive assentados.

Meta 19 - Transição Agroecológica

Trata de uma meta coletiva à grupos e organizações de assentados que pretendam realizar a Transição Agroecológica em seus lotes, essa atividade, poderá ser iniciada após a realização de curso que prestará esclarecimentos a respeito da transição agroecológica das unidades familiares e os passos necessário para tal. A meta de transição agroecológica contará com atividade de diagnóstico, projeto de transição agroecológica, oficinas e visitas de acompanhamento, podendo utilizar-se das atividades de instalação de unidades demonstrativas, dias de campo e intercâmbio de experiências para que ocorra o contato direto dos assentados com experiências didáticas e consolidadas em transição agroecológica.

Meta 20 - Arranjos Produtivos para Pequenos Animais

A meta consiste de uma visita coletiva para organização inicial do grupo interessado em participar do arranjo produtivo da criação de pequenos animais tais como aves, caprinos, ovinos, suínos e etc, elaboração de um projeto para a produção de pequenos animais, visitas individualizadas, atividades complementares e visita final para apresentação dos resultados. As visitas técnicas (4.2) também poderão ser utilizadas para que o técnico oriente adequadamente o produtor.

Meta 21 - Arranjos Produtivos em Piscicultura

O objetivo desta meta é aperfeiçoar o processo de manejo e comercialização da piscicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva respeitando tanto as normas para comercialização como o processo produtivo utilizado pelos povos e comunidades tradicionais, inclusive assentados.

Meta 22– Arranjos Produtivos do leite

A meta consiste de uma visita coletiva para organização inicial do grupo interessado em participar do arranjo produtivo do leite, elaboração de um projeto para a produção de leite, visitas individualizadas, atividades complementares e visita final para apresentação dos resultados. As visitas técnicas (4.2) também poderão ser utilizadas para que o técnico oriente adequadamente o produtor.

Meta 24 – Programa de Intervenção Social

Essa meta será utilizada para atendimento de famílias em estado de vulnerabilidade social visando garantir desde o acesso a direitos básicos de cidadania até a integração nas atividades produtivas e ambientais do território do assentamento. Esta atividade consiste na sensibilização de todo o grupo para diagnosticar as necessidades sociais e encontrar soluções para atenuar a pobreza e exclusão social no território.

Meta 25 – Infraestrutura

Essa meta prevê uma visita para cada item de Infraestrutura, como água (poços e rede de distribuição) energia elétrica e conservação de estradas. Deverão ser acompanhadas de representantes dos assentados e serão comprovadas mediante o ateste de cinco beneficiários. São ações voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos, e ao final de cada visita deverá ser elaborado um relatório sobre a situação do item de Infraestrutura do Assentamento que foi objeto da ação. Este relatório deverá ser encaminhado a chefia da Divisão de Desenvolvimento.

Meta 26 – Plano de Desenvolvimento Ambiental

Uma das diretrizes do programa de ATES/ATER do INCRA é promover o desenvolvimento ambiental dos assentamentos, orientando os assentados para que as atividades sejam desenvolvidas de acordo com a legislação vigente. Essa meta servirá de subsídio para promover o desenvolvimento do Projeto de Assentamento de acordo com as necessidades ambientais.

Meta 27 – Plano de Desenvolvimento do Assentamento e Plano de Recuperação do Assentamento

Para a execução da meta de PDA/PRA será realizada uma capacitação específica onde será detalhada as normas de elaboração e metodologia de trabalho, conforme descrito no manual operacional de ATES. Após a identificação da demanda o INCRA promoverá a capacitação dos técnicos.

Meta 28 – Atividade Complementar

As atividades complementares são as horas técnicas disponíveis para execução de serviços não previstos nas metas anteriores. Para comprovação da execução desta meta o técnico deverá informar no relatório a quantidade de horas dedicadas à atividade. Os fiscais poderão determinar o valor a ser pago, individualmente, para cada atividade relatada.

A Tabela 06 apresenta a relação construída entre as demandas e as metas e também é indicado o período de realização da atividade. Na tentativa de realizar um planejamento mais dinâmico optou-se por dividir o período do contrato em duas etapas 1º e 2º semestre, uma vez que o planejamento contempla o período de execução de 12 meses. É importante ressaltar que algumas atividades deveram ser de realização contínua assim aparecem nos dois períodos de execução.

Tabela 06 - Relação entre as Demandas estabelecidas e as metas do contrato de ATER

Demandas / Problemas	Metas Envolvidas	Período / Semestre
Bloqueio TCU	05-28	1º
Renda	04-08-15-16- (17 até 22) -24	1º e 2º
Saúde	24-28	1º e 2º
Conservação do Solo	03-05-06-07-25-26	1º e 2º
Comercialização	03-05 -06-16 -28	1º e 2º
Homologação	03-28	1º e 2º
Acesso à Água	03-05-25-26	1º e 2º
Estradas	05-24-28	2º
Transporte Social	24-28	1º e 2º
ATER	02-05	1º e 2º
Deriva de Agrotóxicos	05-19-26-28	1º
Lixo Doméstico	06-26-28	2º
Projetos Externos	16-19-25-27-28	2º

Fonte: Dados levantados pelo diagnóstico

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme estabelecido pelo projeto básico da chamada pública de ATER, foi realizado a Oficina de planejamento do Núcleo Operacional de Ilha Solteira. Onde foi estabelecida relação da principais demandas de ações de desenvolvimento e a relação das metas envolvidas para resolução ou mitigação. A metodologia empregada para o desenvolvimento das atividades procurou ser ao mesmo tempo mais participativa possível e dinâmica, uma vez que o período exigido para execução do diagnóstico e planejamento serem relativamente curtos.

Acredita-se que o emprego da ferramenta de gestão Matriz GUT , tenha ajudado aos beneficiários elencarem de uma forma mais eficiente as demandas existentes dentro do assentamento e por ser uma ferramenta fácil aplicação poderá ser aproveitada para tomada decisões internas da comunidade e da própria família beneficiária.

Também é importante ressaltar que discussão das metas do projeto de assistência técnica fortalece o vínculo entre as comunidade e equipe de ATER, uma vez que o planejamento das atividades é norteado pelos próprios usuários do serviço.

Por fim ressalta-se que o planejamento realizado visa tornar possível o saneamento e/ou resolução das questões presentes na comunidades no que tange as esferas econômica, ambiental e social. Apesar do trabalho de assistência técnica ser fundamental para o desenvolvimento das comunidades é importante ressaltar que o poder municipal e estadual também possui responsabilidades para com os cidadãos que compõe as comunidade beneficiárias do Programa de Reforma Agrária, mas em muitos os serviços públicos dessas esferas de poder não atinge essa população, situação esta que traz preocupação uma vez que se observa a redução dos aportes de recursos para as políticas públicas de ATER.

Referências

ESTADÃO. Distribuição de terras é desigual, mostra estudo do IBGE. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,distribuicao-de-terras-e-desigual-mostra-estudo-do-ibge,443477>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

GOVERNO FEDERAL. Reforma Agrária. 2018. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/reforma-agraria>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

INCRA. Reforma Agrária. 2018. Disponível em: <www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 01 mai. 2018.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. 2008. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/reforma-agraria>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

SILVA, R. D. Dez vantagens da reforma agrária no país. 2017. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/dez-vantagens-da-reforma-agraria-para-o-pais/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

CARVALHO, Livia Hernandes. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina: A realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.

SIMÕES, Ana Cláudia. **Caracterização dos agricultores familiares – agentes multiplicadores - em assentamentos rurais da região de andradina (sp).** Dissertação (Mestre em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira, 2006.

OLIVEIRA, Aparecido Donizete Pires de. **Produção e renda nos assentamentos rurais da região de Andradina-SP.** *Revista InterAtividade, Andradina, SP, v.2, n. 2, 2º sem. 2014.*

MILHOMEM, João Pedro da Luz et al. **A influencia da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguatins-TO.** II Congresso Internacional das Ciências Agrárias, COINTER-PVAGRO. Maringá, 2017.

SANT'ANA, Antonio Lázaro et al. **Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina, estado de São Paulo.** *Informações Econômicas, SP, v.37, n.5, maio 2007.*

SOTILLE, Mauro Afonso, **A ferramenta GUT - gravidade, urgência e tendência**
Disponível em: <https://www.pmtech.com.br/PMP/Dicas%20PMP%20-%20Matriz%20GUT>. Acesso em: 22 de Maio de 2018.

LEITE, Marina Ferreira ; SERRA, Juan Carlos Valdés. **Avaliação dos impactos ambientais na aplicação dos agrotóxicos.** *Ambiência Guarapuava (PR) v.9 n.3 p. 675 - 682 Set./Dez. 2013.*